

## PREFÁCIO\*

*Duas coisas são infinitas: o universo e a estupidez humana. Mas, em relação ao universo ainda não tenho certeza absoluta (Albert Einstein).*

A universidade pública desde a sua criação tem sido vista pela classe dominante brasileira e seus intelectuais como um espaço a vigiar e a controlar, apesar de que na lei se proclame sua autonomia. Não por acaso, especialmente na ditadura empresarial militar deflagrada e 1º de abril de 1964 perseguiu-se os mais importantes intelectuais dos quadros das universidades. Muitos foram presos e torturados, outros buscaram o caminho do exílio. Uma classe burguesa que nunca se interessou em construir uma nação autônoma e soberana o que pressupõe um forte investimento em educação básica, ciência e tecnologia.

Nos dois casos a universidade autônoma e com amplo investimento na formação de professores e cientistas em todas as áreas é condição necessária. Mas a burguesia brasileira tem na manutenção da desigualdade e na negação à universidade da educação básica a chave de sua dominação. Reitera-se ao longo da nossa história o uso do Estado para manter os privilégios de uma minoria prepotente.

Mas nunca a Universidade pública foi tão abertamente atacada como no atual governo de extrema direita. Um governo que se guia por fundamentalismos e se mantém com o apoio das grandes fortunas que em plena pandemia, com quatorze milhões de desempregados e cinquenta milhões de pessoas no nível de pobreza, sendo treze milhões e meio em estado de pobreza absoluta, dobraram suas fortunas. Um projeto societário pautado, no atual momento, pela estupidez, insensatez e insanidade humanas. Resulta daí uma situação de desumanização sem precedentes.

Na base desta realidade está o fundamentalismo econômico para o qual o mercado subordina a sociedade e, em um país de abismal desigualdade, se pauta pelo credo ou pela ideologia da meritocracia. Como sustentação deste, o fundamentalismo político que se expressa pela pedagogia do ódio e do medo na busca de anular ou eliminar o pensamento divergente, fundamento do trabalho universitário e da democracia. E, o mais danoso e

---

\*DOI – 10.29388/978-65-86678-74-1-0-f.11-16

ligado a este último, o fundamentalismo religioso. Este não só subordina a ciência à crença ou à credence, mas nega a própria ciência. Assim a dominação se dá pela manipulação de uma massa enorme de desvalidos pela pobreza pela negação ao conhecimento. A “infinita estupidez humana” que desgoverna o Brasil não será eterna.

Com efeito, apesar desta postura da classe dominante brasileira e do atual contexto que além de buscar silenciar a universidade pública tenta, sob todas as formas, enfraquecê-la, desqualificá-la e privatizá-la, ela resiste e não será anulada. Como resistem, no campo e na cidade, movimentos sociais, populares e culturais na defesa de seus direitos e na luta pela democratização da sociedade e da educação. Dois aspectos se sobressaem no drama humano da Covid19: o papel da ciência produzida nas universidades, especialmente públicas, dos quadros que cuidam da saúde pública e a solidariedade entre os pobres com base nos movimentos populares.

A perspectiva da possibilidade de mudanças em nossa sociedade reside na luta pela ampliação do conhecimento científico, artístico e cultural. Paradoxalmente, desde a ditadura empresarial militar de 1964 a Universidade pública se desenvolveu e cresceu na resistência ativa. Atualmente ela está em todos os espaços do país. E nos governos populares de 2003 a 2015, além de universidades que surgiram por demandas de movimentos sociais e populares, centenas de campi de universidades públicas foram se interiorizando. A essa expansão somou-se a criação de mais de seiscentos campi de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Trata-se da mais ampla política pública de educação interiorizada de toda a nossa história. O ataque à universidade pública e aos IFs indica que seus efeitos na sociedade estão incomodando a classe dominante e ao conservadorismo brasileiro.

A coletânea que tenho o prazer de prefaciar é expressão do processo de ampliação e interiorização das universidades públicas e seu papel de resistência ativa na formação de novos quadros em todos os campos do conhecimento. A UNIOESTE é uma universidade multicampi e, nas últimas décadas, teve um processo intenso de formação de mestres e doutores. Nela se realizam, de forma integrada, as funções de ensino, pesquisa e extensão. O grupo de pesquisa em *Educação e Formação de Professores* (GPEFOR), mediante os onze capítulos da coletânea, constitui um exemplo singular desta integração. Formado há dez anos como grupo de pesquisa, o mesmo tem como foco a formação de professores. Portanto, formar aqueles que atuarão, especialmente, na educação básica. Os textos

da coletânea surgiram de um curso de extensão que tinha como objetivo analisar os “Cenários Políticos e Pedagógicos, realizado em 2019 no campus de Cascavel da UNIOESTE.

O leitor terá na coletânea artigos que buscam desvelar a ingerência privada na gestão, financiamento e avaliação da educação pública e a formação docente no espaço público privado e análises da disputa e avanços na formação docente para diferentes modalidades de ensino. Três capítulos centram-se sobre a análise da investida do mercado na educação pública: o gerencialismo mercantil, na gestão e nos processos de avaliação; a influência dos empresários industriais e seus intelectuais na disputa da formação dos professores; e, no contexto da pandemia, o processo de centralização de recursos financeiros adotado pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, que por meios oficiais e oficiosos tende a naturalizar a investida privatista na educação pública. Trata-se, neste caso, de profissionais que vivem do serviço público, mas perversamente o negam em favor do negócio do ensino.

Três outros capítulos discutem, respectivamente, a gestão democrática, suas possibilidades e limites; a disputa de um projeto de educação pública como compromisso coletivo e a formação de professores; e análise do arcabouço legal que pauta a formação de professores e as instituições públicas e privadas de ensino superior responsáveis por sua oferta.

Quatro capítulos relacionam-se a aspectos da formação e trabalho docente na educação dos anos iniciais, educação infantil e alfabetização de jovens e adultos. O primeiro busca compreender o papel do estágio na relação teórica e prática na formação científica, política e pedagógica do curso de Pedagogia do campus de Cascavel da UNIOESTE; outro texto analisa a política da educação infantil e pobreza na década de 1990 no Brasil evidenciando, de um lado, a luta dos movimentos sociais pelo direito à educação e, de outro, a influência dos organismos internacionais no direcionamento político e ideológico; o terceiro texto toma como base a *Teoria Histórico-Cultural* para analisar o papel e influência da organização do espaço na educação infantil; o último deste conjunto, também tendo como foco a *Teoria Histórico-Cultural*, o texto busca destacar como esta perspectiva teórico metodológica é adequada no processo de alfabetização de jovens e adultos por entendê-los como sujeitos num contexto de desigualdade social na sociedade de classe.

Finalmente, do conjunto dos onze capítulos da coletânea, um trata da influência da religião no tempo presente aonde, como vimos acima, o

grupo de extrema direita que governa o Brasil tem no fundamentalismo religioso um dos seus pilares. Neste caso não apenas está implicado o caráter laico do Estado brasileiro e, conseqüentemente, da educação pública laica, mas o sentido mesmo da religiosidade na medida em que se trata de “vendilhões dos templos” que cinicamente manipulam a boa fé do povo fazendo da religião um negócio.

A coletânea no seu conjunto corrobora a tese de Florestan Fernandes, grande batalhador pela escola pública, para quem o maior desafio que a sociedade brasileira enfrenta é o educacional. Sem enfrentar este desafio não se conseguirá romper com os pilares, acima mencionados, da dominação da burguesia brasileira: a manutenção da pobreza e a negação da educação de qualidade à maioria do povo brasileiro.

Mas o percurso de dez anos do grupo de pesquisa sobre formação de professores, e as análises do conjunto da coletânea também estão na mesma direção das exigências de que tipo de educação e de professores se fazem necessários para enfrentar o desafio educacional.

A pedagogia volta a ser a chave para a decifração do nosso enigma histórico. O que a Constituição negou, o povo realizará. Mas ele não poderá fazê-lo sem uma consciência crítica e negadora do passado, combinada a uma consciência crítica e afirmadora do futuro. E essa consciência, nascida do trabalho produtivo e da luta política dos trabalhadores e dos excluídos, não depende da educação que obedeça apenas à fórmula abstrata da “educação para um mundo em mudança”, mas sim da educação como meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores (FLORESTAN, 2020, p.29).

A universidade pública somente poderá contribuir na decifração do enigma na medida em que se vincular com a luta do trabalhador produtivo e os excluídos. Da mesma forma os docentes formadores e os que atuarem na educação básica tem um papel central na formação científica e política das novas gerações oriundas da classe trabalhadora e/ou do meio popular. Para Florestan, no plano da formação científica o professor tem como ponto fundamental despertar a curiosidade pela pesquisa, por novos conhecimentos na criança e nos jovens. Mas de igual valor é a formação da personalidade da criança e dos jovens, e essa se espelha nas atitudes e nas posições frente à sociedade e a vida dos professores. E o professor não poderá cumprir este papel se ele mesmo não tiver uma formação científica

e for politicamente alienado, desvinculado das lutas populares e da classe trabalhadora.

O Grupo de Pesquisa em Educação e Formação de Professores (GPEFOR), ao produzir esta coletânea explicita seu papel científico e político na formação de professores comprometidos com as filhas e filhos da classe trabalhadora do campo e da cidade. Deste modo a leitura dos textos engendra, ao mesmo tempo, uma atualização de temas centrais na formação dos professores e, um convite para pautar o caminho da pesquisa, do ensino e da extensão de forma integrada. Por mais que estejamos vivendo um tempo de profundo obscurantismo orquestrado por um bloco de poder fundamentalista e que nega a ciência e o valor do conhecimento, trabalhos como o do GPEFOR indicam que a universidade continuará seu papel de formação científica, ética e política das novas gerações.

*Gaudêncio Frigotto*

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 2020

## **Referências**

FERNANDES. Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2020.